

**Folha de São Paulo - Assassino não atirou a esmo, dizem ex-colegas - 09/04/2011**

## **Assassino não atirou a esmo, dizem ex-colegas**

**Para eles, atirador procurou em vítimas características específicas. Amigos de colégio se reúnem e lembram como Wellington Oliveira era "zoad" pela turma da escola.**

**LAURA CAPRIGLIONE**  
ENVIADA ESPECIAL AO RIO

"A gente chorou pensando que Wellington matou as crianças em represália pelo que aconteceu quando estudávamos juntos", disse ontem à **Folha** o hoje assessor cultural Thiago Costa da Cruz, 23, que conviveu com ele na 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries na escola Tasso da Silveira, onde ocorreu o massacre.

Um grupo de cinco amigos desde os tempos de colégio reuniu-se em um churrasquinho nas imediações da Tasso. Lembraram-se de como o garoto esquisito era "zoad" pela turma da escola, em especial pelas meninas. "Estávamos na 7ª série, os hormônios a milhão, e uma das meninas mais malvadas, a C., ficou pegando no Wellington, se esfregando, e dizendo "vem cá". O Wellington entrou em pânico. Gritava "não", "não", "não", desesperado. Ele empurrava a C. e ela gritava cada vez mais alto que queria ficar com ele. Foi assustador", diz Thiago, espécie de porta-voz do grupo.

O ataque de C. contra Wellington causou surpresa, pois ela também era uma vítima da classe por estar longe de ser das meninas mais bonitas, e por ser gordinha. "Mas ela sabia que zoar com o Wellington era um jeito de ficar do mesmo lado dos bonitos e inteligentes da classe."

Ninguém gostava de Wellington, dizem os antigos colegas, a não ser Bruno, um menino fanho e de voz fina, com a cara do personagem cômico Mister Bean. Bruno era destroçado pelo meninos, que o chamavam de "bicha". A dupla Wellington e Bruno era ridicularizada todo o tempo, inclusive com segredinhos que todos compartilhavam, menos eles. Para compensar, os dois fingiam possuir também segredos e maldades sobre a classe. Para evidenciá-los, soltavam gargalhadas fora de tempo e lugar. "Parecia coisa satânica, mas era só um jeito de se defenderem", diz Thiago.

O grupo dos cinco jovens debruçou-se sobre as notícias na internet. Mas desligaram o computador quando um dos amigos notou a semelhança física entre as vítimas e os antigos colegas. "A gente teve certeza de que ele não matou a esmo. Wellington procurou em cada vítima uma característica pessoal das pessoas com quem ele teve uma rixa na escola. A L., que falava direto pra ele "Sai daí, seu feio", quando queria sentar em um lugar que ele estivesse ocupando, é idêntica a uma menina que ele matou. Outras meninas têm um olho, uma boca, um jeito que parecia muito com as meninas da nossa classe", afirma Thiago.

"Tinha um menino, que ele poupou, dizendo "Fica frio, gordinho, que eu não vou te matar". Pois bem, esse gordinho é a cara, cuspida e escarrada, do R., que mora aqui no beco. Era assim que toda a classe chamava o R., que de fato era gordinho."

"Nós temos certeza de que, quando subia aquelas escadas, ele viajava no tempo, até dez anos atrás, quando estudávamos juntos", afirma. A cor das paredes ainda é a mesma, bege por cima e, embaixo, mostarda. O mesmo primeiro andar, a mesma 7ª série das piores chacotas. O mesmo turno matutino. "Nós que devíamos ter morrido. Não era para ninguém ter pago por uma coisa que nós fizemos", diz, entre lágrimas, Thiago, ele mesmo discriminado nos tempos de escola por ser homossexual.

## **Wellington morreu depois de despir-se de sua humanidade**

**ANNA VERONICA MAUTNER**  
COLUNISTA DA **FOLHA**

**DESDE A PRIMEIRA LINHA** da carta-testamento, percebe-se que Wellington não consegue distinguir um indivíduo de muitos indivíduos. Para ele, matar um ou matar muitos pode ser a mesma coisa.

Dada a dificuldade que confessa ter com a diversidade, ordena que só deveriam tocá-lo seres iguais a ele, virgens. Pede para ser enterrado sem suas roupas. Quer ser enterrado em uma mortalha, neutra. Quer ficar ao lado da mãe. Quer que rezem por ele. Pelo tipo de ordens que dispara, percebemos sua necessidade de dar ordens. O homem que cometeu a barbaridade a qual nos referimos era uma criatura atolada numa crise de impotência. Sua companhia mais fiel eram máquinas que comandava (computador, dia e noite). Sua necessidade de comandar segue ao dar destino a seus bens, que quer que sejam doados a instituições que

cuidam de animais, pois esses, como ele, não se comunicam com palavras, não sabem pedir socorro. Ele se identifica não com criaturas humanas abandonadas, mas com bichos.

De repente, uma dúvida perpassa a sua consciência: ele pode não ser atendido pelos seus irmãos! Termina dizendo que só os pais o entenderam e concordariam com o destino que resolveu dar a sua casa, deles herdada. Wellington morreu depois de despir-se de sua humanidade. Ao escolher a mortalha, deixou de ser homem, abandonou o masculino e espelhou-se em animais de estimação, tão parecidos entre si.

Matou mais meninas talvez por não serem como ele e atraírem sua atenção para a diversidade. Os jornais falam que Wellington foi adotado. Onde viria o seu sangue? Ele e os bichos abandonados, para quem ficaria sua casa, são vira-latas sem pedigree.

Wellington, eu diria, não morreu só. Matou e se matou entre virgens, semelhantes.

Provavelmente achou que na escola reencontraria seus pares, junto dos quais escolheu morrer e subir aos céus. Entendo, mas não perdoo. Perdoemo-lo, ele não sabia o que fazia?

---

**ANNA VERONICA MAUTNER** é psicanalista - **Folha de São Paulo, abril de 2011.**

## **A Tese da Vizinhança (MALU FONTES)**

**POUCO ACOSTUMADO** a grandes operações policiais, como as empreendidas há mais de uma semana, em Salvador, na região do Nordeste de Amaralina e depois no Calabar e Alto das Pombas, o telejornalismo local deu sinais de que poderia, ou poderá, incorrer em erros capazes de gerar consequências e riscos para os moradores. Se em um primeiro momento as operações coordenadas pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia podem dar aos moradores desses bairros e à opinião pública uma idéia de alívio a ser celebrado contra o até então domínio do poder do tráfico, a exemplo do que vem ocorrendo no Rio de Janeiro com a implantação, em vários morros, das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), em Salvador a banda ainda está tocando muito diferente de lá e não é exagero afirmar que nada há de concreto a se comemorar.

**CATIVEIRO** - Embora, desde o início, a operação policial realizada no complexo de bairros localizados na região do Nordeste de Amaralina (compreendendo as áreas de Santa Cruz, Chapada do Rio Vermelho, Vale das Pedrinhas e o próprio Nordeste) tenha sido anunciada como pontual, com duração de apenas um fim de semana, o fato é que, diante dos moradores, as emissoras de televisão comportaram-se no primeiro dia como se todas as forças de apoio institucional do Estado tivessem desembarcado de mala e cuia nesses bairros. Na primeira manhã de uma operação com data para acabar, as câmeras, microfones e repórteres esquadrihavam moradores como se todos já pudessem ser abertamente tratados como membros de um cativeiro libertados para sempre pelas forças de bem e de paz do Estado.

Qual a justificativa de uma emissora de TV para mostrar um senhor idoso, dar-lhe o nome, mostrar sua casa, incluindo fachada, cor de parede, rua e detalhes dos adereços das paredes, dizendo-se super contente com a ocupação policial e queixando-se da ação dos bandidos? Tanto é direito dele afirmar isso quanto das emissoras de TV contar isso a seus telespectadores. Mas, por que, quando é do interesse das emissoras, para denunciar poderosos, por exemplo, elas sabem muito bem usar de expedientes técnicos que distorcem rostos, escurecem cenários, alteram vozes? Que seu fulaninho queira dar entrevista, é direito dele e sorte das emissoras. Mas seria para não incorrer no erro no paternalismo e da tutela que o repórter, o editor, o câmera, não poderiam atribuir a esses personagens um tanto de ingenuidade ou inocência? Não bastaria imaginar esses entrevistados tendo que se ver, na semana seguinte, sem a presença ostensiva da Polícia em sua rua e sem as poderosas câmeras de TV que poderiam vir em seu socorro, acaso um dos donos do pedaço volte e, devidamente envenenado por conta da entrevista, queira dar-lhe algum tipo de lição? Ou não é esta a lógica dos homens do tráfico nos torrões onde atuam?

**PERDER OS DENTES** - Outro elemento repetido à exaustão pela opinião pública que se manifestava na TV, no jornalismo impresso e nas ruas era a comparação inevitável com as UPPs no Rio de Janeiro. Pouco ou nada informada sobre os projetos, os critérios ou as estratégias de planejamento da Segurança Pública para começar essas operações pelo Nordeste de Amaralina e Calabar, a população tende a imediatamente entendê-las como equivalentes às do Rio, quando, na verdade, há diferenças estruturais que seria melhor não adjetivar de tão abissais. Nas UPPs, pelo menos é o que se prega oficialmente, quem adentrou morros adentro não foi apenas a Polícia, mas o Estado, com coleta de lixo, posto de saúde, iluminação, serviços. Sobre isso, ainda não se fala.

Os mais deslumbrados com as pirotecnias do BOPE em Tropa de Elite e que veem a solução para a violência de Salvador em munição e heróis, em capitães Nascimento às dúzias e em tiros e armas para tudo o quanto é lado, referem-se às operações com pessimismo, mas atribuem seu fracasso à causa errada. Dizem que a Polícia Baiana não tem cacife para fazer o que se fez no Rio. Ou seja, é o nordestino lamentando-se coitadizando-se mais uma vez, olhando para o sul maravilha e se achando sem cartucheira e munição. O problema é a estrutura, estúpido, não a conjuntura, poderia-se dizer. Não tem BOPE, Capitães

**Prof. Lucas Rocha**

Valentões nem cacife de filme de Hollywood que funcione enquanto os meninos e as meninas do Calabar ou do Nordeste de Amaralina não tiverem uma escola decente, enquanto continuarem perdendo os dentes para as cáries antes da maioridade, ou enquanto, mesmo com um diploma de um curso profissionalizante embaixo do braço, continuem sendo rechaçados por seus eventuais empregadores porque estes têm medo de seus endereços.

**FITINHA DO BONFIM** - Por fim, diante do estranhamento causado pela população de dezenas de outros bairros de Salvador que dizem sentir-se (e as estatísticas lhes dão razão) mais acuados pela violência e pela onda de homicídios que lambe a cidade do que os bairros objeto das operações até agora, sobretudo nos finais de semana, não custa nada o Governo do Estado explicar a todos por que é mais importante, estrategicamente, sufocar o tráfico no Calabar e no Alto das Pombas do que em Narandiba, no Arenoso, no Uruguai ou ao longo do Subúrbio Ferroviário, por exemplo.

E é preciso explicar também como será possível usar como laboratório de treinamento policial, em termos de ocupação, um local com cerca de 20 mil moradores (Calabar e Alto das Pombas) e aplicar os resultados em bairros infinitesimalmente mais violentos e com 200, 300, 400 mil moradores. Mais difícil é convencer as pessoas de que os ambulantes de bugigangas do Pelourinho e do Bonfim são fofíssimos e agradabilíssimos aos olhos dos 'turista', ao ponto de os segundos ficarem amicíssimos dos primeiros enquanto compram uma fitinha do Bonfim superfaturada e com poderes hiperbolizados. E isso a propaganda da Bahiaturisa faz tão bem que tem até quem acredite. Desde que more fora de Salvador e nunca tenha vindo aqui, claro. Enquanto essa explicação não é dada, para os mais pobres e encurralados dos demais cantos da cidade fica prevalecendo a tese de que os bairros até agora escolhidos o foram não em função do que há dentro deles, mas fora, ao redor: a vizinhança. E ela é rica.

**MALU FONTES** é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 03 de abril de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. [maluzes@gmail.com](mailto:maluzes@gmail.com)

## **Terra estrangeira (MARCOS FLAMÍNIO PERES)**

### **As Mil e Uma Revoluções**

Bola da vez da geopolítica mundial desde o final de 2010, quando eclodiu a revolta na Tunísia que derrubaria o ditador Ben Ali, os países árabes são o tema do dossiê da CULT deste mês. A revista reuniu especialistas de todo o mundo para se debruçarem sobre música, literatura, artes plásticas, comportamento, arqueologia e a política da região. Diretor da prestigiada Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris, Hamit Bozarslan explica por que o Ocidente foi surpreendido pelas rebeliões. Autor de Sociologia Política do Oriente Médio, recém lançado na França, também diz por que o Estado cartelizado líbio, de Muammar Gaddafi, se mostra tão mais resistente à queda que os demais.

Já o professor da Universidade da Califórnia Mark LeVine defende que o rap serviu como válvula de escape político para os jovens que vivem em sociedades totalitárias. LeVine, que estava na Praça Tahrir (Cairo) durante os protestos que culminaram na queda de Hosni Mubarak – havia quase 30 anos no poder –, relata ter sentido, naquele momento, a história acontecendo em tempo real. A representação dos conflitos sociais na literatura é analisada por Paulo Daniel Farah (USP), que também trata da obra de Naguib Mahfuz, mais importante escritor de língua árabe do século 20.

A arte contemporânea produzida pelas mulheres árabes, sub-representadas em seus países, é assunto para a professora Frances Lloyd, da Universidade Kingston (Reino Unido).



**Prof. Lucas Rocha**

Já as ruínas e os monumentos, popularizados no imaginário ocidental pela série Indiana Jones, são discutidos pelo egiptólogo Stephen Quirke, da Universidade de Londres. Autor do recente Mãos Ocultas, ele diz que a arqueologia também foi vítima do imperialismo europeu. Por fim, o futuro. O colunista Vladimir Safatle pergunta se a democracia poderá vingar nesses países, e Olivier Roy, do Instituto de Estudos Políticos de Paris, faz um painel detalhado do que deve mudar em toda a região – e, prevê, será muita coisa!

As rebeliões na Tunísia, no Egito e na Líbia só ocorreram porque esses países e vários outros da região “sofrem de fadiga social generalizada”. Essa é a tese de um dos maiores especialistas europeus em Oriente Médio, o historiador Hamit Bozarslan. Diretor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, em Paris, ele acaba de publicar, na

França – primeiro país a romper formalmente com o ditador líbio Muammar Gaddafi –, *Sociologie Politique du Moyen Orient* (Sociologia Política do Oriente Médio, editora La Découverte).

Na entrevista a seguir, Bozarslan, 53 anos, vai longe para apontar as causas históricas desses distúrbios. Uma delas é a partilha do Império Otomano, em 1918-1920, pelas então potências coloniais França e Reino Unido, que provocou um rastilho de revoltas na região. Outro ponto do estrangulamento do Oriente Médio foram os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos, que “amputaram” as possibilidades democráticas que se desenhavam em vários países árabes, deixando-os sem nenhum horizonte político. Mas Bozarslan é otimista: apesar da tradição autoritária e da prevalência da religião, o Oriente Médio está sujeito a “constantes reinvenções”.

### **Cult – Por que o Ocidente foi tão surpreendido pelas recentes rebeliões nos países árabes?**

Hamit Bozarslan – Há duas razões básicas para explicar isso. A primeira é que a maior parte dos países ocidentais havia apoiado maciçamente os regimes autoritários árabes, que consideravam como bastiões contra os radicalismos sociais e políticos. Tais regimes eram considerados fatores de estabilidade, ainda que fossem corrompidos e repressivos. A segunda razão está ligada à cronologia vertiginosa dos acontecimentos, que, de forma inesperada, se alastraram pelo mundo árabe em menos de dois meses.

### **Por que a resistência tão longa de Muammar Gaddafi, na Líbia, em comparação com a queda relativamente rápida de Ben Ali, na Tunísia, e Hosni Mubarak, no Egito?**

Há diferenças grandes entre Egito e Tunísia, de um lado, e a Líbia, de outro, que se explicam em parte – mas apenas em parte – pela ênfase na questão da segurança. Na Tunísia e no Egito, havia um Estado cartelizado, no qual o chefe de Estado ocupava uma posição de arbítrio, embora os diferentes componentes do cartel – econômicos, de segurança etc. – também dispusessem de autonomia. A derrubada do chefe de Estado em tempos de crise impunha-se como prerrogativa desse cartel, que, então, passava a se reorganizar precariamente em torno do Exército. Daí a situação paradoxal desses dois países, que, a partir do mesmo impulso, vivenciaram tanto os protestos revolucionários quanto a restauração política. Na Líbia, também se pode falar de um cartel. Mas, diferentemente de Egito e Tunísia, ele se alimenta muito mais de fatores regionais, tribais e dos clãs. O Estado cartelizado líbio apoia-se em uma força paralela ao Estado, constituída de milícias mantidas pelo dinheiro do petróleo. Assim, a situação política na Líbia configura-se muito mais predatória, embora também mais autônoma. Além disso, Gaddafi certamente aprendeu lições de sobrevivência política após os exemplos egípcio e tunisiano.

### **Mas pode-se falar do Oriente Médio como um conjunto fechado, tanto nos aspectos políticos quanto nos sociais e culturais?**

Pode-se falar do Oriente Médio como uma “região”, mas de modo algum como uma “região cultural” e menos ainda como uma entidade fechada em si mesma. É uma noção vaga, indeterminada no tempo e no espaço. Mas é essa mesma indeterminação que faz com que essa região seja fluida, aberta e em constante reinvenção. Entre os fatores que estão na base dessa reinvenção está uma história comum, vivenciada em graus diversos. Vários acontecimentos – do declínio do Império Otomano ao 11 de Setembro, passando pela criação do Estado de Israel ou ainda a Revolução Iraniana – exerceram impacto em mais de um país e por longo tempo, criando uma sensibilidade comum. Da mesma forma, as relações de dominação com o “Norte” também constituíram um fato estruturador de uma oposição entre “eles” e “nós”. Também é preciso mencionar outros elementos, como a prevalência do islã como religião, o autoritarismo que privilegia a dominação dos atores não eleitos e a ênfase na segurança como modo de “governança” e como ideologia...

### **Quais foram os acontecimentos-chave para a formação do Oriente Médio tal como o conhecemos hoje?**

Há várias datas-chave que, a meu ver, abriram novos ciclos históricos. São elas: 1918-1920: data da partilha do Império Otomano e da criação de novos Estados sob dominação britânica e francesa. É nesse período que ocorrem as revoltas árabes e a ascensão do islamismo; 1948: data da criação do Estado de Israel, vivenciada como uma nova amputação do mundo árabe e que abre a perspectiva da democracia burguesa como modelo para escapar dos regimes militares de esquerda; 1979: ano do reconhecimento do Estado de Israel, da ocupação do Afeganistão – percebidos como uma dupla traição, tanto da esquerda nacional árabe quanto da esquerda internacionalista. É também o ano da Revolução Iraniana, que propõe um contramodelo islâmico; 1990: Guerra do Iraque e protestos islâmicos maciços, sobretudo na Argélia e no Egito; e por último o período que se inicia com o 11 de Setembro.

### **É possível uma democracia em moldes ocidentais nos países árabes?**

É cedo para responder a essa pergunta, pois será necessário algum distanciamento no tempo. Mas mesmo assim três pontos se destacam: 1) havia uma ansiedade pela democracia no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, mas ela foi abortada; 2) nas configurações atuais, estamos diante não de discursos totalitários (por exemplo, o islamismo), mas de sociedades que desejam que as dissensões e os conflitos internos sejam reconhecidos como legítimos e sejam marcados pela incerteza que caracteriza a democracia;

**Prof. Lucas Rocha**

3) contudo, esses protestos propõem tanto a questão das paixões libertadoras quanto a das paixões igualitárias. Elas colocam a nu as desigualdades de classe. Nesse sentido, os protestos também colocam radicalmente em questão a própria democracia burguesa que desejam instaurar.

### **Qual foi o papel do 11 de Setembro no atual estado de coisas na região?**

O 11 de Setembro não somente paralisou a possibilidade de democracia que se delineava nessas sociedades como também as deixou sem horizonte nenhum. Elas não podiam contar mais com o Ocidente, fechado em um discurso de segurança, e menos ainda com os chefes de Estado de seus países. Nesse sentido, a dinâmica da mudança só poderia vir de dentro dessas sociedades. Uma década separa 2011 dos atentados de 11 de Setembro e de quatro guerras (Afeganistão, Iraque, Líbano e Palestina), o que permitiu às sociedades desses países começar a sair do estado de letargia. Outro fator foi a reivindicação das dignidades abafadas pelo Estado. É preciso lembrar que os protestos na Tunísia tiveram início porque um comerciante havia sido humilhado em público pela polícia. Seu gesto de protesto, a imolação pelo fogo, mostrou que, na falta de dignidade, o autossacrifício permanecia como única resposta. A não ser que houvesse uma resposta coletiva, que acabou ocorrendo e produzindo um efeito dominó na Tunísia e, depois, em toda a região.

Revista CULT, abril de 2011.

## **Política, Mulheres e Filosofia (MÁRCIA TIBURI)**

### **Esquecer as mulheres**

Quero oferecer um resumo de um histórico esquecimento. O que envolve a quase total, e que se diga, a substantiva ausência das mulheres da história do pensamento. Não é possível pensá-la sem antes questionar a função política do esquecimento. Não sem prestar atenção ao fato de que diante do esquecimento a possibilidade da história é relativa e que, a política, neste caso posta como urdidura da história, obriga a uma revisão da invenção do homem diante do que lhe escapa.

Em primeiro lugar é preciso saber que o esquecimento tem como função nos proteger. É algo mais que saudável, é o verdadeiro antídoto contra o ressentimento. Friedrich Nietzsche louvou sua pertinência diante do ressentimento como impossibilidade de esquecer, fato que danificava nossa relação com a vida, por evitar o prazer e a alegria que lhe são próprios. O esquecimento era um mecanismo vital que impedia o eterno lembrar e relembrar no qual o passado era o eixo de uma paranóia. Ressentir é lembrar sem outro propósito do que sofrer. Só o esquecimento romperia a engrenagem paranóica em que o passado seria a medida de todo o tempo e nos massacraria sob um impiedoso peso. E Nietzsche tinha razão: é preciso esquecer para livrar-se do passado se o que ele oferece ao presente é dor e nada. Ressentimento é o nome do sofrimento que vem com o peso do tempo. Esquecer, diante disto, é curar. Apenas, não esqueçamos, não é curado o esquecido. Por isso, falei em histórico esquecimento, ou seja, o esquecimento que deixa suas marcas, feridas sempre pulsantes, na medida do tempo que é a história. Como ele se produz? Além da função redentora do esquecimento, como queria Nietzsche, há que se analisar a função de poder que toma o esquecimento como dispositivo. Se esquecer é um poder, tornar esquecido é dominação. A história das mulheres dela deriva.

É preciso lembrar para construir a história, tal é o básico lugar comum a que temos que ceder. A história como memória é uma luta contra a morte do passado. E o esquecimento longe de ser algo desejável é o seu algoz. Por outro lado, a história não é a simples antítese do esquecimento, outro fato que somos obrigados a pensar se nosso processo tem consideração à dialética. A história é, ela mesma, esquecimento, ou seja, o que é lembrado só pode ser lembrado porque algo foi esquecido. Não há como lembrar ou preservar a lembrança do que não se esqueceu ou não esteve prestes a ser esquecido. O que se grava em nossa memória o foi por algum reforço de substâncias somáticas lançadas no organismo em função de um estímulo fortíssimo provocado por um evento externo que nos obriga a gravar o fato. Além disso, há o trauma que nos faz esquecer o que seria para sempre lembrado devido ao grau do choque nele vivido. O trauma mostra que o recalque é parte essencial da memória. Uma implosão da memória que tudo invade e, tornando-se totalidade, impede a evolução de outras formas, de um novo que lhe negue. O trauma torna-se para quem o vive, sempre inconscientemente, uma medida de todas as coisas. O recalque, mecanismo do trauma, é só o que faz sobreviver ao trauma. Compõe sua constituição, não há como livrar-se de seu mecanismo, pois não controlamos o que podemos lembrar.

É preciso um grande esforço para organizar nossos níveis de memória. É o que faz a história. O que se revela na linha do tempo sempre é aparição de algo outro que não se pode ver ou que, noutra medida, apareceu enquanto não apareceu. O que foi esquecido torna-se a medida do que pode ser lembrado. O oculto está sempre à mostra. Para atingi-lo, o saber que nele se guarda, é preciso ler e prestar atenção à superfície, pois não temos uma boa percepção, não somos bons leitores das linhas do tempo. Ou seja, a cada vez que elegemos um fato que deverá figurar na cena histórica, algo que possa ser contado e transmitido, deixamos outro aspecto de fora. Todo positivo envolve um negativo. A história é como a fotografia.

Se a questão são as mulheres na história podemos recorrer a Georges Duby e Michele Perro, autores dos cinco impressionantes volumes da História das mulheres, que já questionaram esta possibilidade: teriam elas uma história? Por que não? A pergunta já guarda sua resposta como uma segunda camada de perguntas: por onde

construir uma memória para estas figuras, ícones do esquecimento, que provam com sua existência a impossibilidade da história? Se pensarmos na dialética desta pergunta incrementamos nosso pensamento: há que se desocultar as tramas internas de uma história que não foi bem contada. E outra pergunta se impõe: por que as mulheres ficaram de fora? Teria sido o esquecimento das mulheres alguma espécie de projeção dos homens sobre o poder que lhe seria próprio? A história das mulheres como algo extra-histórico revelaria a história verdadeira dos homens? Qual a verdade que mora nesta ausência de poder das mulheres? A do poder dos homens? Que poder é esse? A história dos homens e a história das mulheres é uma questão de poder. Mas apenas isso? A história do pensamento envolve o que não foi pensado e o impensável. A história das mulheres na filosofia é a medida da história do pensamento dos homens que conhecemos. O que seria um pensamento das mulheres neste caso? Seria esta a questão a colocar hoje?

### **Pensar: um verbo patriarcal**

Hoje, ainda cabe colocar a pergunta pelo lugar das mulheres na filosofia não porque as mulheres sejam vítimas dos homens. Não se trata de contabilidade nem de justiça, ainda que isso possa, e mesmo deva, ser buscado. A revolução feminista já rendeu seus frutos em muitos tempos e espaços, embora ainda possa e deva avançar. Além da questão política há uma carga metafísica que dela advém, e que, infelizmente, jamais é levada em conta. Ela precisa ser pesada na compreensão da estrutura do poder. A tese a ser pensada é de que o poder patriarcal não é apenas um dado histórico, mas um dado arcaico que modela nossa realidade. Como que um fundamento que instaurado em nossa base.

O poder patriarcal seria uma espécie de idéia reguladora a definir o sentido mesmo do poder aliado à racionalidade se já não fosse método que liga nosso pensamento ao que pode ser conhecido e que, mais além, define o que pensamos da nossa habilidade em conhecer. Sendo método no sentido primeiro deste termo, todo o nosso modo de ver a realidade depende dele. Sabemos, ao falar de filosofia, que método é modo de pensar, é caminho para conhecer. Sabemos que a própria linguagem estrutura-se, ela mesma, como método. Dela dependemos para trilhar o caminho. Todas as filosofias que lidaram com a noção de identidade (de Parmênides à *adaequatio rei et intellectus*, do *cogito* cartesiano à linguagem que não pode dizer o que está além dela de Wittgenstein) são a prova disso, do império de um mais forte, o sujeito, sobre um mais fraco, o objeto. Da possibilidade que o pensamento traduz de dizer o que há e definir um mundo. O patriarcado da razão significa que todo o nosso modo de pensar/ falar-o-que-pensamos depende do patriarcado e não apenas da racionalidade, esta já está submetida a ele por essência e configuração.

O patriarcado da razão é também o patriarcado racional. Ele define mais do que o momento sexual da racionalidade, a sua própria simbólica: trata do momento em que o pai, o representante histórico – e agora simbólico – da lei (religiosa e familiar, profana e pública), impera sobre tudo o mais que existe. Trata-se, portanto, de uma postura da racionalidade derivada da outorga de um direito de imperar sobre outrem baseado na especialidade racional de uma natureza, conforme nos contam os mitos. A diferença entre homens e animais – entre o homem e a natureza que ele pode subjugar – define a mesma diferença que há entre homens e mulheres. Portanto, quando falamos de mulheres pomos em questão a relação do homem (e do humano que é resultado de uma determinada compreensão do homem) com a natureza, com aquilo que o transcende. Ainda que muito cara e essencial, a questão das mulheres é apenas a ponta do iceberg de uma verdadeira tragédia ínsita à história, a que diz respeito à destruição da natureza. História esta que precisa ser levada em conta na definição do humano. É bem verdade que o status da mulher na modernidade científica colocava-a abaixo da natureza. A natureza ainda interessava ao homem como algo que poderia lhe oferecer vantagens, saberes e poderes; a mulher simplesmente existia com a única função de procriar e manter-se calada diante da lei. Este sempre foi o maior significado do patriarcado. A natureza ainda podia ser desvendada, ainda cabia buscar conhecer seus mistérios. O mistério da mulher devia ser calado. O lugar da mulher era o mesmo que o dos animais domésticos: habitante de um limiar entre natureza e cultura a viver no espaço específico de um campo de concentração a que se chamou lar.

Que motivação teria levado a uma subjugação das mulheres pelos homens? O medo que os homens tinham das mulheres? Do que elas representavam em sua proximidade com a natureza? O potencial das mulheres para a vida pública e a vida intelectual teria sido recalçado como estratégia de dominação? Medo de que a mulher elevasse sua fala a uma verdadeira voz que se fizesse ouvir? A lei dos homens sobre as mulheres e os animais e toda a natureza sempre funcionou como força e violência. O estado atual da experiência humana deriva desta instauração ancestral. A questão que não pode ser esquecida é a de que ao supor a divisão dos sexos como justificativa na determinação do poder e da política como espaço de sua realização é preciso ainda perguntar pelos motivos desta divisão. Por trás das diferenças sexuais e de gênero está um limiar, uma espécie de ponto de partida, como que um princípio de todas as coisas que eleva a questão da política a um problema de ordem também metafísica. Sem a fundamentação metafísica não haveria um suporte tão radical da política. Como libertar o pensamento do patriarcado? Seria possível liberar o pensamento do chão onde ele mesmo nasceu?

### **O coveiro de Hamlet, ou Ofélia e o novo historiador**

Toda história carrega uma política tanto quanto a política está inscrita na história sustentando uma linha do tempo. A história, no seu sentido mais comum, é um sistema oficialmente antidemocrático que opera no tempo elegendando os fatos para compô-lo. Ela é recorte e interpretação e, como tal, é limitadora e limitada. Sua intenção de contar o que é mais importante, o que tem relevância dentro da multiplicidade dos fatos da vida, deixa mundos

inteiros de lado, esquecidos em função de sua ordem necessária e imposta. Ao que sobra fora, ao que fica aquém ou além, por força de imposição, para além da negligência, damos o nome de recalcado. O recalcado é algo mais que esquecido, algo que precisou ficar de fora numa determinada escultura do tempo. O resto e a sobra é o que cabe avaliar.

Por outro lado, se a história é composta de recalque, sabemos desde a psicanálise que todo recalque retorna – a chamado (a fórceps) ou espontaneamente como impulso sem contensão – e se mostra como sintoma. O sintoma é a linguagem como tempestade, como arrombamento. É o assalto do impulso que, armado de uma violência que vem do tempo, não pode mais ser contido. Forças externas e internas o expulsam e magnetizam. O recalcado depende deste jogo para surgir. O historiador, nesta hora, deve tornar-se o acionador do dispositivo que arrasta as forças e escava o tempo.

A história que se faz escavando o recalcado, ou seja, enfrentando a função duplamente redentora e danadora do esquecimento, é a história que assume mostrar seus cadáveres, qual o coveiro de Hamlet, príncipe confuso que dá nome à peça de Shakespeare, que ao abrir uma nova cova lança as caveiras soterradas para fora da terra. A história não pára. Toda ação guarda em si o seu resultado: o coveiro reabre a cova para dar lugar a um novo morto. A famosa cena em que Hamlet conversa com o coveiro é uma alegoria da história. Não cito aqui sem uma específica intenção. O novo morto para o qual uma sepultura é aberta é Ofélia que se suicida pela rejeição do príncipe que num primeiro momento sugeriu amá-la e, ainda que por loucura, traiu a promessa feita à moça. Enganou-a humilhando-a e perturbando sua própria consciência. Amava-a, mas não podia reconhecê-la? Ou não a amava, mas sabia que deveria amá-la e isso o atormentava?

Curiosamente a peça shakespereana também oferece uma alegoria das relações entre homens e mulheres. É certo que o personagem do príncipe representava um louco, um indivíduo inimputável por sua condição mental, mas seria só isso? Não se diz na peça que ele está louco, mas que sofre. Sua loucura é o que podemos depreender, nós que vemos ou lemos a peça, não o fato de sua vida. Hamlet era também o astuto, o vingativo, o homem cheio de ódio, o príncipe autor que inventa a peça de teatro a ocorrer dentro da peça de teatro (jogo de espelhos barroco em que a vida está dentro da arte e a arte dentro da vida). Ofélia é a dama que, num suicídio famoso por afogamento, entrega a sua vida ao nada, cuja alternativa seria outro nada, o azar de casar-se com um homem transtornado pelos próprios sentimentos e de pensamentos perturbadíssimos.

O que faria o príncipe “odiar” aquela que, num primeiro momento (em sua primeira conversa com ela) e num último (em seu lamento sobre o cadáver), aparecia como sua provável amada? Estamos, na peça diante de uma intensa contradição ou da mais reta das verdades? Qual a motivação para não apenas não desejar o amor de quem ele dizia e demonstrava amar e que o amava, mas rejeitá-lo, aviltá-lo, como o fez e, depois, desejá-lo novamente quando a realização deste desejo é impossível pela morte? Mulher rejeitada, suposta amada firmemente aviltada, amor na morte, o que mais seria Ofélia?

Ofélia é mais que uma rejeição ao amor, ao sentimento e aos afetos, ela é uma rejeição ao saber e a opção pela ignorância. Ofélia é a interrupção de *Eros*, espécie de amor que se faz desejo e desejo de desejo, desejo do além do visto e já sabido, aspecto básico do conhecimento. O *ir adiante* insito a *Eros*, o contemplar o que está além do corpo, máxima do saber, é o que é impossível a Hamlet. Ao rejeitar Ofélia, Hamlet rejeita a alegria de *Eros*, a possibilidade de uma vida vivida em outro paradigma que o da melancolia que o atingiu. Rejeitar Ofélia é deixar de sonhar com outro mundo possível e aceitar o dogma de um saber que é sempre não-saber, o dogma de uma resposta já pronta.

A relação de Hamlet com Ofélia é a mesma que os filósofos tiveram com as mulheres na história da filosofia: uma história de rejeição e escárnio e, posterior desejo. Hamlet mostra a relação moderna com *Eros*, com o que podemos saber. Saber é poder, lei que resume a relação entre filosofia e política, deve ser pensada neste âmbito. Rejeitar as mulheres é um gesto político que tem em sua base um gesto epistemológico. O filósofo melancólico, marca do pensador moderno, é aquele que rejeita o mundo objetivo a ser conhecido, justamente porque descobre que ele não pode se conhecido. O mistério é o buraco negro a ser abandonado à medida que não pode ser desvendado. Rejeita-se o amor como se rejeita o saber.

O filósofo moderno rejeita o que ele não pode conhecer e opta por conhecer o próprio conhecimento, tal como no gesto típico de Kant, para quem a verdadeira e mais radical das promessas do Iluminismo no século XVIII é conhecer a faculdade da razão. Rejeitar as mulheres é a metáfora – e a metonímia – da rejeição de todo o saber sobre o mundo, uma rejeição da metafísica em favor da teoria do conhecimento como vemos em Kant. Ela significa que, em última instância, não posso confiar no outro – o que significa entregar-me a ele, para usar uma expressão corrente no discurso feminino –, mas apenas confiar no que penso dele. No que depende de mim. Uma rejeição da objetividade, no que ela tem de assustadora, em favor da subjetividade auto-sustentada. O que tal postura não costuma revelar a si mesma é que, diante do mistério há apenas a chance de buscar a verdade como sua desocultação ou a paranóia como sustentação de uma visão pronta sobre ela.

## **A traição de Eros**

As mulheres, aparecem aqui como aliadas de Eros. Porém, sob o domínio dos homens foram a eles subjugadas pelo amor prometido abandonadas a um espaço onde viveram a existência como mortas-vivas (vide a história das musas mortas dos românticos europeus e brasileiros, das belas adormecidas dos contos de fadas, alegorias indelévels do amor que merecem as que, mortas, são mudas tanto quanto ideais. Viveram a história de um Eros traidor. Hoje, todo aquele que se ocupar da história das mulheres na filosofia estará do lado da Ofélia

morta e, com o coveiro a retirar os ossos dos defuntos anteriores (Ofélias abandonadas) preparará uma nova sepultura para a morta-viva. Que seu corpo e sua alma descanse em paz.

O Eros traidor é o Eros que chama Diotima no Banquete como representante de um ideal, aquele que fala pela boca de Sócrates, ancestral do que Goethe no século XVIII louvou como o eterno feminino. Trata-se do "amor-ódio" que domina a história da filosofia colocando a razão como uma arma contra as mulheres, a imaginação, a natureza, a sensibilidade. O amor-ódio é o nome verdadeiro da racionalidade que decidiu abandonar sua própria limitação e que erigiu tal abandono ao seu maior trunfo na antiguidade e que na era moderna elevou a limitação como máscara de um poder sem limites.

### **Saber é Poder (e as mulheres?)**

Se a história é hoje, após o advento da nova história, capaz de revirar os restos do passado e reavaliá-lo em suas verdades internas, assim é também a história da filosofia, na qual a compilação dos restos é ainda mais complicada. Se na história humana podemos contar com documentos oriundos do plano jurídico, religioso, da descrição dos costumes pela literatura e pela documentação em geral, na história da filosofia se trabalha com idéias estreitamente atreladas a um tipo de documento muito específico, a uma forma de escritura que se esqueceu de si, que se fez texto como que indiferente ao fato de que seja texto. As idéias sempre se sobrepuseram ao elemento escrito e, por isso, é como se a filosofia não trabalhasse com documentos, como se estivesse para além dos autos. Se pensássemos a história da filosofia como um território de documentos sobre pensamentos, ou de literatura sobre pensamentos, tudo seria diferente. Hoje não teríamos as questões que temos para responder no que se refere à participação das mulheres na produção da filosofia. Se os documentos filosóficos fossem lidos como testemunhos de um tempo, como devem ser os documentos, saberíamos que eles revelam um tempo (não uma eternidade, nem um universal), mais do que uma necessidade da capacidade masculina de filosofar da qual as mulheres não participaram em função de sua sempre defendida incompetência natural. Os textos filosóficos pretenderam ser provas documentais da incapacidade feminina para o pensamento. Podemos hoje analisar a hipótese avessa, eles são a prova da proibição do pensar. Esta proibição antiga, por sua vez, se faz ver em toda a história das ditaduras, sejam aristocráticas, burguesas ou populares. Se hoje ao povo é proibido pensar, estudar, ter acesso à informação, não devemos imaginar que em outros tempos tais direitos de elite fossem assegurados a quem estivesse delas excluído.

A história da filosofia foi uma história de poder. Quando Francis Bacon no século XVII concluiu a famosa frase "saber é poder" todos os filósofos, se não sabiam, já haviam experimentado a identidade dos termos. Até hoje a filosofia, aceita sempre como questão de saber, precisa ser revista como uma questão de poder que inclua a diferença entre os sexos. Nela estão em jogo os ideais que definem os rumos da humanidade.

Quando a filosofia iniciou na Grécia Clássica ela era, como continuou sendo ao longo de mais de 20 séculos, uma questão de homens. Apenas os homens podiam dela participar como mostram os textos mais decisivos da filosofia antiga, tais como os diálogos platônicos e os tratados de Aristóteles. O Banquete de Platão mostra as flautistas sendo retiradas do recinto onde iniciarão as conversas entre os homens a que chamavam filosofia. A Política de Aristóteles deixa claro que o corpo da mulher é um corpo que pertence, junto ao corpo do escravo, ao corpo do homem; este o único hábil para as ações livres como a luta na guerra, a democracia na Ágora.

Que seja uma questão de homens podemos entender pela avaliação dos aspectos patriarcais de nossa civilização e cultura. A filosofia é um produto de homens e para os homens. Tudo parece muito explicado e daí bastaria fazermos a crítica da filosofia como crítica da cultura. Mas como a filosofia tem a incumbência ética de ser pensamento crítico e esclarecedor – pois, qual seria a função do *lógos* desde os seus primórdios senão o de destituir o mito? - sua crítica não pode deixar de levar em conta o papel que desempenhou na produção do mesmo patriarcado, por confirmá-lo ao não destituí-lo de seu lugar falso. Se a filosofia deixa de ser crítica ela passa a ser confirmação e contradiz a si mesma ao contradizer o *Logos* com o qual ela se instaurou como poder de livrar os seres humanos (na Grécia antiga eram apenas os homens) das respostas falsas e libertá-los da ignorância.

Não se trata, neste ponto, de culpabilizar a filosofia por uma promessa não cumprida, pois a filosofia sempre esteve na mão dos filósofos e estes eram homens. Trata-se de rever a potencialidade da razão na emancipação do humano, e, hoje, na emancipação da natureza. É justamente o caminho da razão que se deve questionar aqueles que a possuíam e definiam seus destinos.

### **Inventar as mulheres**

Dizer que as mulheres não existiram na história da filosofia é um veredicto um tanto trágico. A verdade tem muitas vezes um tom trágico, quando ela diz respeito ao que não pode ser recuperado do passado. Houve, é claro, mulheres escrevendo cartas, debatendo com os filósofos, e até, com raras exceções, sendo debatidas por eles. As mulheres que não participaram da filosofia, fantasmas sempre chamadas à cena pela própria pergunta, são criações da mente que não cansa de questionar. No século XX, com o avanço do feminismo, cresceu também a relação entre mulheres e filosofia. Autorizadas ao trabalho, à linguagem e à voz, as mulheres entraram na esfera pública. A relação entre mulheres e filosofia que cabe avaliar faz perceber o novo advento político que envolve hoje o saber.

Por que as mulheres foram tema dos filósofos? Por que não escreveram filosofia? Por que foram consideradas incapazes do mesmo pensamento de que os homens eram capazes? O mesmo que tratá-las como mortas. E, por mais exagerado que isso possa ser como metáfora. Dizer que elas escreveram e participaram em

alguma medida dos circuitos onde se elaborava a filosofia, simplesmente não é uma resposta razoável. Dá às mulheres uma posição subalterna que não evidencia os elementos políticos a partir dos quais podemos saber que sua participação no saber foi inviabilizada. É melhor dizer: proibida. Se questionar sua história em geral é possível, tanto mais na história do pensamento. Da passividade, objetos do olhar, objetos do prazer, objetos do amor, objetos simplesmente como Ofélia que se mata após o louco esquecimento de Hamlet. Se suicida pela falta de reconhecimento do homem que julga amar. Na história como tal, e na história da filosofia em particular, o que pode a mulher é menos que o que pode o corpo, se enveredamos na surpreendente questão spinoziana.

A mulher historicamente não passa de um corpo apto ou não ao parto. Um corpo que, animalizado como na zoe aristotélica, é mera vida. Não mais que corpo que respira, come, excreta, que faz nascer outros corpos como se fosse máquina de parir. O corpo dos homens é, para Aristóteles (e notem que estas questões aparecem em sua Política), o corpo qualificado pela vida da linguagem, é bios, por oposição a zoe, é corpo capaz de lutar pela liberdade no avesso do corpo que meramente sobrevive. Há querer neste corpo por oposição a um corpo que é objeto e pode ser movido por outro, pertencer-lhe como propriedade. Esta, todavia, não é uma das maiores injustiças que os filósofos homens fizeram às mulheres em nome da filosofia, mas uma das maiores provas da incompetência analítica, além de cinismo das leituras masculinas. O parto é, em filosofia, uma grande e originária questão epistemológica e metafísica, é mais que uma metáfora de instauração, é nome próprio de um aspecto do método socrático que valeu como caminho e lugar da verdade buscada na filosofia. O que a filosofia obriga agora é a uma revisão profunda da maiêutica daquele mestre filósofo, homem, invejoso do parto de sua mãe e, como tal, traidor de Eros.

O que se chama mulher é um ser encarcerado em uma corporeidade construída sob a idéia de um necessário cativo. Esta é a função social derivada de uma função natural da qual ela jamais se liberta ao longo dos séculos. É pelo parto que ela conhece seu lugar social e seu esquecimento histórico. Sua medida é o parto, a capacidade de parir. É por ser construída como corpo – um corpo mais que corpo, um corpo demasiado corpo – que a mulher é alienada de sua capacidade espiritual até que alguém questione o sentido e o poder como controle que está dado nessa divisão das esferas, uma divisão do trabalho.

É impossível hoje pensar a história da filosofia sem uma avaliação do que a pressupõe. Por isso, essa introdução é necessária à medida que a história das mulheres na filosofia oferece um questionamento sobre a história da filosofia como um todo. O que está em jogo é o fio que estabelece um trajeto e um cânone e o sentido do pensamento atado a um cânone. Lembrar as mulheres na filosofia é o gesto que tem o teor de uma irrupção. Novo parto.

**\* Originalmente publicado em Educação e Sociedade: Perspectivas Educacionais no século XXI. Organizadoras: Rita Gonçalves, Lia Viero, Elisabeth Medeiros, Maria Joaneete Silveira. Santa Maria: Unifra, 2006.**

## Morte e vida nas favelas

*Como as práticas do crime organizado e a violência atingem crianças e jovens pobres*



A redução da explicação da criminalidade violenta à pobreza e desigualdade impede um entendimento mais complexo da questão. As interconexões entre a economia legal e a ilegal nos tráficos é também pouco acionada nas teorias necessárias para políticas públicas mais eficazes e democráticas. A disseminação das práticas do crime organizado, longe de se restringirem ao tráfico de drogas ilegais, inclui o tráfico de armas, de crianças e de mulheres, à corrupção.

Tampouco permite analisar os efeitos inesperados da violência que aumenta o sofrimento dos pobres. Isso na medida em que os obriga a viver entre

tirantias – a dos traficantes e a das polícias – e limita seu ir e vir, sua liberdade- de expressão na vizinhança, além de tornar vulneráveis os jovens carentes. O acesso aos serviços e instituições do Estado – escolas, postos de saúde, quadras de esporte e vilas olímpicas – ficou restrito também para os profissionais que atendiam a população.

Nas favelas e bairros pobres adjacentes das grandes cidades brasileiras o policiamento é precário, a investigação, muitas vezes inexistente, diferentemente do que acontece nos bairros mais ricos da cidade. Este é um elemento importante na equação que vai explicar a existência de pontos quentes de crimes violentos, especialmente o homicídio, um crime quase nunca investigado nas áreas onde há favelas dominadas por

traficantes. Além da vulnerabilidade que a pobreza cria, a rede de relações sociais e de proteção institucional do sistema de justiça tem enormes falhas em tais locais. Em São Paulo, uma pesquisa apontou o homicídio como crime de pobres contra pobres. As autoras ressaltaram dois aspectos: 46,3% dos bairros visitados, todos nas zonas mais carentes da cidade, não contavam com ronda policial; a maior parte dos casos decorria de conflitos banais na periferia que poderiam ser evitados com políticas públicas que criassem formas de mediação na vizinhança ou na família. Por fim, a maior parte das vítimas teve morte anunciada e seus familiares sabiam do destino por terem elas vinculações com traficantes de drogas ilegais, seja como usuários contumazes, seja por participação em outros crimes.

No Rio de Janeiro, estimativas demográficas indiretas, a partir de dados censitários de 2000, permitiram a comparação entre diferentes regiões administrativas (RA) da cidade, entre as quais figuram as cinco mais populosas favelas em diferentes zonas da cidade. Por meio delas é possível identificar as regiões de maior risco de mortes violentas, estimando a probabilidade de se morrer jovem, antes dos 30 anos para quem sobreviveu até os 15, visto que nesta faixa de idade 80% das mortes são violentas.

As diferenças entre as RAs são significativas: na Lagoa, bairro de alta renda familiar, 3,1 entre os mil sobreviventes até os 15 anos não completaram 30; no Complexo do Alemão, conjunto de favelas com o menor IDH da cidade, 12,9 entre mil morrem antes dos 30. As outras três RAs com maior proporção de jovens que não chegam aos 30 são favelas dominadas por traficantes: Jacarezinho (10), Maré (9), Rocinha (9) e Cidade de Deus (6). Quando inseridas no mapa da cidade, quatro das RAs, onde o risco de morrer jovem é maior, estão localizadas nos subúrbios, perto da Baía de Guanabara e dos aeroportos e portos, aonde chegam navios e aviões, assim como ao longo da Avenida Brasil, por onde passa o transporte rodoviário que liga o Rio de Janeiro a outros estados e aos países produtores de drogas ilegais.

Segundo dados da pesquisa domiciliar de vitimização realizada em 2006 pelo Nupevi, a Polícia Militar era mais violenta e menos presente nas favelas e nos bairros pobres dos subúrbios, onde estão as RAs que exibiram maior risco de morte antes dos 30 anos. A PM disparava dez vezes mais tiros nas favelas do que no asfalto. O barulho de tiros, por outro lado, era ouvido por 60% dos entrevistados nos subúrbios, 65% no centro, mas por 30% na média da cidade.

## **CONVIVÊNCIA E GUERRA**

Essa pesquisa de vitimização também revelou o paradoxo da cidade: nas áreas mais pobres, onde a violência grassava, a boa convivência entre vizinhos, marca da cultura suburbana, era maior. Essa boa convivência, assim considerada pelos entrevistados, apresentava proporções mais altas nas áreas em que vivem os pobres: centro (52%), subúrbios (39%) e zona oeste 36%, enquanto em zonas ricas da cidade era a metade: 20%.

Mais isolados internamente e alvo de desconfiança e medo dos seus vizinhos prósperos, bairros e favelas onde moram os pobres, embora tenham historicamente contado com grande capacidade organizativa que se concretizou nas escolas de samba, blocos de carnaval, times de futebol e associações de moradores, não contam hoje com os serviços públicos de qualidade na saúde e na educação. E enfrentam os efeitos desastrosos da falta de policiamento, com incursões eventuais e violentas de forças policiais que não se guiam pelas normas legais.

Sem contar com os controles informais, enfraquecidos pela militarização dos traficantes, nem com a mediação de conflitos entre esses últimos sempre disputando o controle dos pontos de venda e de domínio local, o poder policial entrava em áreas já conflagradas pelo conflito armado. Em círculo vicioso, esta situação só fazia reforçar as práticas policiais baseadas no abuso de poder e na perspectiva da "guerra contra os inimigos internos" estabelecidas nas últimas décadas. Mas a polícia não deveria fazer guerra contra cidadãos trabalhadores, crianças, idosos, jovens estudantes e donas de casa nem até mesmo contra suspeitos de praticarem crimes. A ideia da guerra contra outro poder armado "paralelo", com alta capacidade de corromper, dificultou a adesão às normas legais que precisariam orientar a ação policial.

No Rio de Janeiro, as armas de fogo são mais facilmente obtidas por causa dos portos e vários aeroportos, assim como os mais importantes depósitos de armamentos das Forças Armadas que estão dentro do seu território. Muitos furtos ocorreram em tais depósitos. Contrabandistas e policiais corruptos também forneciam armas às quadrilhas. O tráfico se militarizou. O uso de armas de fogo pelos traficantes se explica pela lógica da guerra: competidores se tornam inimigos mortais que é preciso dissuadir pelo aumento progressivo do arsenal de armas e homens da quadrilha.

Os comandos passaram a disputar violentamente o território onde controlavam os negócios, a proibir os moradores de áreas dominadas de cruzar o seu perímetro, até mesmo para visitar amigos ou parentes. Por isso, favelados, desses bairros, falavam de uma "guerra sem fim" que opunha traficantes de comandos inimigos ou policiais contra traficantes. Na guerra, não somente os quadrilheiros, mas também os jovens que viviam em favelas amigas, eram obrigados a ajudar cada vez que os opositores atacavam qualquer favela do mesmo comando. Os "soldados" ou "falcões" formavam então um "bonde", que responderia ao ataque de outro "bonde", constituído da mesma maneira. Por isso, os vizinhos não tinham permissão de cruzar as

fronteiras entre as favelas inimigas. Homens foram mortos porque passaram de um setor a outro dominado por redes beligerantes do tráfico. Mesmo para trabalhar, mesmo para se divertir no baile. Mulheres foram mortas por ousarem namorar homens de favelas "inimigas".

## **ETOS GUERREIRO**

Adolescentes morreram não apenas em conflitos pelo controle dos pontos comerciais, mas igualmente por ameaças à sua reputação. Jovens ensaiando afirmar sua masculinidade no qual o orgulho não se origina da gentileza e outras posturas civilizadas, mas da disposição de destruir o adversário, passaram a se identificar com o comando como se este fosse sua pátria, defendida até a morte. Absorveram o etos guerreiro que visa a destruição física do rival, tornado inimigo mortal, por isso chamado de "alemão". Passou a vigorar o contágio de práticas da violência para fora da rede do tráfico. Jovens passaram a andar armados para se proteger de outros jovens armados; juntaram-se a quadrilhas por crer que assim contariam com sua proteção militar, jurídica e pessoal; prepararam-se para a guerra, aprenderam a ser cruéis e matar sem hesitação outros jovens pobres como eles, mas "alemães".

Tal etos guerreiro ou de excesso na masculinidade destrutiva, ao qual os jovens das quadrilhas aderem, impregna o lugar onde os meninos crescem. Pois era nas ruas que eles eram socializados para as práticas violentas. Ao adotar seus códigos, eles procuravam conquistar a consideração e aceitação dos membros da quadrilha. Assim se tornaram conformistas e perderam a autonomia, vindo a ser chamados de teleguiados pelos demais moradores. Assim foram progressivamente preparados para matar impiedosamente seus inimigos. Nesse processo, foram sendo anestesiados para o sofrimento infligido aos outros.

Alguns achavam que tal contexto social era composição natural e eterna das localidades pobres. Não era. Desmantelar as fortalezas de traficantes e interromper o fluxo de armas para a cidade são as primeiras medidas. Mas é preciso continuar a desfazer os círculos viciosos aqui analisados.

Tudo indica que melhorar a qualidade de atendimento na escola básica, além de educar para a civilidade, seja a saída para anular o retrocesso civilizatório que enfrentamos. No Brasil, não é o caso, como nos países onde exércitos mobilizam crianças e adolescentes, de trazer a criança de volta à escola, à família, à vizinhança, deixando de ser soldados. Trata-se de melhorar a escola de modo que não se tornem defasados no estudo e acabem evadindo-se dela.

O ponto central é, portanto, diminuir o contingente de jovens pobres que não trabalham nem estudam, que vagam pelas ruas, que reforçam as hostes dos que procuram as quadrilhas para se sentirem protegidos e encontrarem fontes de poder, dinheiro e aceitação de seus pares. Ensinar, sobretudo, o respeito aos outros – concidadãos, professores, familiares, vizinhos, colegas – a competir sem querer ganhar de qualquer maneira. Mesmo assim, projetos baseados na vizinhança, em que moradores adultos arranjam atividades para acompanhar e socializar as crianças e adolescentes em situação vulnerável, não podem ser descartados. As escolas de samba, os blocos de carnaval e as escolinhas de esporte devem ser apoiadas, tanto quanto os novos projetos que desenvolvem identidades ou estilos juvenis globalizados, como os do hip-hop. Muitos moradores de bairros pobres e favelas, adultos, já estão mobilizados para interagir com os jovens de suas famílias e vizinhanças, mas faltam-lhes apoio público e reconhecimento.

Como o trauma resultante das experiências de violência é coletivo, essas iniciativas são mais exitosas em atrair os jovens e iniciar diálogo com eles do que programas que focam no indivíduo. Neles, as famílias dos jovens podem também ser envolvidas e passar a participar do seu crescimento. As formas de associação vicinal implantadas na cidade têm exatamente esse espírito e constituíram, portanto, veículos importantes para se chegar aos jovens desgarrados e prepará-los para a vida adulta.

Por fim, os projetos têm de incluir o objetivo de reduzir o acesso e a posse de armas de fogo pelos jovens, pois é isso que os mata. As armas que portam vêm, pelo menos desde o fim dos anos 70, de depósitos das Forças Armadas, do contrabando, dos estoques das Polícias Militares e também dos poucos que guardam armas em casa ou andam armados na rua. Primeiramente, é preciso, pois, estancar esse fluxo que parte dos depósitos militares e das fronteiras do País. Educar para a civilidade significa também prepará-los para exercer os direitos e deveres da cidadania, ensinando-lhes, inclusive, como proceder quando sofrem abusos e intimidações.

**Revista Carta na Escola, março de 2011.**

## **O câncer, a epidemia e a saúde pública (PAULO M. HOFF)**

**O QUE REPRESENTA** uma década quando o assunto é medicina oncológica e seus avanços?

Para alguns, pode parecer muito tempo, mas quem luta diariamente contra essa doença, complexa e cheia de mistérios, sabe que esse período não é longo. Falamos em uma década porque, para o câncer, esse tempo é o suficiente para torná-lo adulto. E bem adulto. Estima-se que até meados deste século esta se torne a principal causa de mortes no país, ultrapassando as doenças cardiovasculares. Um dado que assusta, preocupa e merece atenção.

**Prof. Lucas Rocha**

Nas últimas décadas, a medicina oncológica conquistou importantes vitórias. Vivenciamos o surgimento de novos medicamentos e tratamentos que aumentaram significativamente a chance de cura e sobrevivência de nossos pacientes. A evolução da genética, levando à identificação de genes responsáveis pela ampliação do risco de desenvolver alguns tipos de tumores, potenciais alvos para terapias dirigidas, além do desenvolvimento e disseminação de novos e modernos equipamentos, importantes para o combate ao câncer.

Tudo isso trouxe uma enorme evolução, que poderia ter sido verdadeira revolução se a doença não nos acompanhasse e nos desafiasse continuamente nesta maratona. Atualmente, o Brasil conta com diversos hospitais de ponta, que são referência para o tratamento oncológico. Há alguns anos, essa excelência no atendimento aos pacientes com câncer concentrava-se principalmente nos hospitais particulares, mas felizmente um número cada vez maior de unidades voltadas para o atendimento dos pacientes que dependem do Sistema Único de Saúde (SUS) também passou a se destacar nessa área. E dar atenção para a construção e o custeio desses centros de excelência é não parar de lutar contra a doença. Em 2008, o governo de São Paulo e a Secretaria de Estado da Saúde investiram e inauguraram o Instituto do Câncer do Estado de São Paulo Octavio Frias de Oliveira (Icesp), um bom exemplo da parceria entre tecnologia, qualidade e atendimento voltado para o SUS.

Três anos depois, o Icesp hoje é um dos melhores centros de referência de câncer do país, com atendimento mensal a quase 11 mil pacientes e com o maior parque radioterápico da América Latina. Só no último ano, o instituto atendeu, na parte assistencial, mais de 12 mil novos casos de câncer. Um número assustador e que precisa ser levado a sério. É preciso que o Brasil tenha muita iniciativa, vontade política e empenho para enfrentar o câncer, uma doença difícil e que está em franca ascensão. Com o envelhecimento da população, certamente teremos uma "epidemia" de casos de câncer no futuro próximo. O caminho ainda é longo, mas a experiência do Icesp e de outras instituições de renome prova que temos profissionais altamente qualificados e as condições necessárias para incluir o Brasil entre as nações que lideram o mundo no combate ao câncer.

---

**PAULO M. HOFF**, oncologista, é diretor-geral do Instituto do Câncer do Estado de São Paulo Octavio Frias de Oliveira e professor titular de oncologia da Faculdade de Medicina da USP. **Folha de São Paulo, abril de 2011.**

## **Bolsonaro e a Cova Rasa (MALU FONTES)**

**O DEPUTADO FEDERAL** Jair Bolsonaro é um personagem recorrente da direita galhofeira nacional. Desde que ingressou na vida parlamentar, Bolsonaro nunca atravessou um mandato, ou um ano sequer, sem aparecer nos jornais e telejornais defendendo algo de muito grosso calibre ou de muito baixo calão. A defesa da pena de morte e da tortura como método são alguns dos temas mais delicados do repertório parlamentar e corriqueiro de Bolsonaro.

A sorte de quem até hoje sabia que ele não passava de um surtado com mandato era o alívio de saber, também, que quase ninguém Brasil afora sabia da existência do deputado. O diabo é que, desta vez, por ter pegado carona na fama de Preta Gil e do CQC de Marcelo Tas, Bolsonaro ficou famoso nacionalmente. E fazendo exatamente o que lhe faz experimentar orgasmos múltiplos: ofendendo e discriminando. Desta vez os alvos foram os negros e os homossexuais.

**LIMÃO** - O barulho feito em torno de Bolsonaro e de suas últimas falas discriminatórias, episódio encontrável a um mero clique em qualquer site de buscas na web, talvez merecesse ser completamente ignorado pelos mais sensatos, dado o absurdo do seu teor. No entanto, apesar da cantilena de certos setores da sociedade e da intelectualidade brasileira, segundo a qual nunca fomos nem somos racistas, e da escala crescente de crimes violentos e assassinatos registrados nos últimos anos contra homossexuais, é bom que o preconceito manifesto, venha ele de onde ou de quem vier, seja rebatido e tratado como se deve, para não criar limo nem estimular plateias insanas ávidas por um porta-voz de ideias turvas e enviesadas.

Um dia, um grupo de garotos bem nascidos, em plena Avenida Paulista, São Paulo, espatifa o vidro de lâmpadas fluorescentes, usadas como bastão de açoite, contra o rosto de rapazes nos quais enxergaram comportamentos homossexuais. No outro, a torcida de vôlei de um ginásio inteiro em Minas Gerais hostiliza um jogador xingando-o de bicha a cada vez que ele tocava na bola. Antes, durante e depois, jogadores de futebol brasileiros e negros são reiteradamente chamados de macacos em campos da Europa. Aí, vem um deputado falando de negros e homossexuais como se falasse de uma epidemia maldita. Ou pega-se o limão e faz-se uma limonada, aproveitando o preconceito para constranger e punir quem o promove, ou faz-se de conta que é assim mesmo e opta-se explicitamente pela tolerância diante da violência explícita cometida por quem tem mais poder e, conseqüentemente, direito de abusar contra toda e qualquer pessoa a quem julga diferente de si.

**100 DIAS** - Na mesma semana em que Bolsonaro divertiu-se, orgulhoso, ao ser retratado como Hitler em um cartaz de um grupo de manifestantes no Congresso, argumentando que só se irritaria se a

retratação lhe inserisse um brinco, na mesma semana em que o jogador Michael resolveu levar os xingamentos que recebeu à Justiça, o corpo de uma menina de 17 anos foi encontrado, de cabeça para baixo, esfaqueada, numa cova rasa, no interior de Goiás. Um fazendeiro e seu filho são acusados de assassiná-la em janeiro, pelo fato de a vítima manter um relacionamento amoroso com a filha do acusado, também adolescente. O Jornal Nacional, tão cioso em noticiar casos de violência contra o adolescente, parece ter preferido silenciar sobre o caso, mesmo porque, na edição do dia em que a notícia veio à tona nas outras emissoras, o jornal de Fátima e Bonner estava por demais feliz em anunciar solenemente, e com antecedência de quatro anos, a campanha eleitoral em torno da candidatura de Aécio Neves à Presidência da República.

A popularidade de Dilma Rousseff em seus primeiros 100 dias de mandato deve ter precipitado o alvoroço tucano. E, até onde se sabe, para o lançamento oficioso da campanha tucana, certamente ninguém se deu ao trabalho de perguntar a José Serra, o candidato canônico do PSDB, o que ele achava. O discurso de Aecinho, como lhe chamam os íntimos globais, foi o assunto político dos bastidores e da cena do telejornalismo político durante a semana. O fato é que, do ponto de vista televisivo, o telespectador, coitado, quando sequer tinha se dado conta que uma campanha eleitoral havia acabado, eis que outra já começou.

**MELANINA DO CUNHADO** - E voltando a Bolsonaro, incomodado por demais em ser chamado de racista e nem um pouco por ser taxado de homofóbico, trouxe a seu favor para a imprensa e para os movimentos sociais que o acuaram a velha prova clássica das elites brasileiras quando precisam de provas para jurar que amam os negros e a negritude. Apresentou o retrato de um cunhado, cujo tom de pele tem alguma melanina a mais e lançou ao país uma pergunta que, para ele, calaria os argumentos de um país inteiro duvidante da sua tolerância. Apontando para o tom de pele do cunhado, inquiria seus interlocutores: "como eu posso ser racista se esse cara é meu cunhado?". Diante de argumento tão incontestável, quem haverá de contradizê-lo?

**MALU FONTES** é jornalista, doutora em Comunicação e Cultura e professora da Facom-UFBA. Texto publicado originalmente em 10 de abril de 2011, no jornal A Tarde, Salvador/BA. [maluzes@gmail.com](mailto:maluzes@gmail.com)

## **Reação a Bolsonaro mostra o Brasil cansado da infância (HAMILTON OCTAVIO SOUZA)**

O Deputado Bolsonaro todo mundo conhece. É quadro da direita mais atrasada do Brasil, o sujeito que ainda acredita na truculência da Ditadura Militar, na truculência da polícia contra pobres e negros, na truculência dos pais na criação dos filhos. Está fora da realidade e do projeto de construção de um mundo melhor.

Há muito tempo que o Deputado Bolsonaro escandaliza o Brasil. Já fez discursos defendendo a volta do regime militar, ataca sistematicamente os direitos humanos, é contra a Comissão da Verdade, vive posando de macho polemista nos programas de TV e rádio que especulam e sensacionalizam as causas LGBT, das mulheres, dos negros e dos pobres em geral. Ele segue a política do bate-bate, numa época em que boa parte da humanidade tenta vencer a guerra, os regimes ditatoriais, os métodos mediáveis, o obscurantismo e a ignorância. Tentamos, todos nós, entrar na era do politicamente correto, no tratamento correto das questões ambientais, das questões de gênero, das questões de orientação sexual. Queremos superar os traumas preconceituosos produzidos pelas religiões, pela estrutura familiar antiquada e pela sociedade fascista, e pelos interesses econômicos quando predominam sobre as relações humanas.

A última fala do Deputado Bolsonaro, no CQC, causou imediata reação da sociedade. Principalmente a juventude (ainda bem!) ficou revoltada com a discriminação manifestada em concessão pública de radiodifusão. Muita gente, desta vez, incorporou o nível de tolerância zero para demonstrar indignação com o desrespeito público do parlamentar. O que ele falou, diferentemente do que a mídia costuma induzir como brincadeira e piada não colaram como algo engraçado, cômico, divertido. Ao contrário, a fala inadequada do Deputado Bolsonaro foi imediatamente interpretada como uma ofensa ao conjunto da sociedade, ainda mais de uma sociedade que tenta assumir a sua maioria negra, parda, mestiça, multirracial – como sendo uma virtude a ser festejada na face do Planeta.

Se o programa de TV e o medieval Deputado Bolsonaro imaginaram produzir algum tipo de humor televisivo e marqueteiro, caíram do cavalo, pois no entendimento de muitos, o que aconteceu não pode ser jogado na vala comum do humor, já que prevalece o sentimento-consciência de que esse tipo de manifestação não pode mais ser aceito – sob pretexto algum.

As pessoas se encheram das piadas contra pobres, negros, trabalhadores, gays, lésbicas – e todos aqueles cidadãos e cidadãs que lutam para um tratamento igual e afirmativo na nossa sociedade, não abrem sorrisos para manifestações preconceituosas. Isso é evidente, e está cada vez mais ficando claro. Os meios de comunicação precisam colocar os seus sensores no povo, para perceber que essas manifestações como a do Deputado Bolsonaro não têm mais – felizmente – respaldo social.

Que o referido deputado seja devidamente acionado pelo Ministério Público, seja punido por seu partido (PP-RJ) e seja duplamente punido na Câmara dos Deputados. Que aprenda, de uma vez por todas, a respeitar o povo brasileiro.

**Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor da PUC-SP.**

[Confira a carta Manifesto para o abaixo-assinado contra Jair Bolsonaro](#)

### **Confira a carta Manifesto para o abaixo-assinado contra Jair Bolsonaro**

**Para assinar, <http://www.peticaopublica.com/PeticaoVer.aspx?pi=P2011N8333>**

Nesta presente carta manifesto viemos prestar nosso apoio a todos que foram ofendidos pelo Deputado Jair Bolsonaro e solicitar urgência na apuração de suas falas que fizeram constantemente apologia à discriminação contra mulheres, a favor da homofobia e agora clara apologia ao racismo.

Em um de seus discursos o Deputado faz apologia à violência contra crianças com traços que indiquem homossexualidade:

“O filho começa a ficar assim, meio gayzinho leva um coro, ele muda o comportamento dele. Olha, eu vejo muita gente por aí dizendo: ainda bem que eu levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem” (sic).

Organização Mundial de Saúde, na Classificação Internacional de Doenças n.º 10/1993 declara peremptoriamente que a orientação sexual por si não deve ser vista como um distúrbio, donde não se pode patologizar a orientação sexual homoafetiva, tendo nosso Conselho Federal de Psicologia referendado tal posição através da Resolução n.º 01/1999, na qual declarou que a homossexualidade não é doença, desvio, perversão nem nada do gênero, proibindo psicólogos de patologizarem a homossexualidade porque ela simplesmente não é uma doença.

No dia 28 de março o Deputado ao ser indagado pela cantora Preta Gil, o que ele faria se seu filho se apaixonasse por uma negra ele respondeu, em um programa de televisão de grande audiência, o deputado respondeu:

“ô Preta, eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja, eu não corro esse risco porque meus filhos foram muito bem educados e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o seu”!.

Bolsonaro também faz clara apologia ao racismo quando diz, neste mesmo vídeo, que não contrataria cotistas, não entraria em um avião pilotado por cotista, todos sabem que a maioria destes cotistas são negros. A resposta gerou vários protestos por parte da imprensa e nas redes sociais, Bolsonaro desrespeitou em suas últimas declarações mulheres, negros e gays e fez clara apologia à violência contra crianças e adolescentes que se percebem como gays.

Castigos imoderados contra crianças e adolescentes são proibidos expressamente pelo art. 1638, inc. I do Código Civil:

Art. 1.638. Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que:

I - castigar imoderadamente o filho;

Sobre o racismo o Deputado fere várias leis e a Constituição Federal.

A Lei 7.716, de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, inclui, no seu Art. 20, “que praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional” é crime passível de reclusão de um a três anos e multa.

Essa Lei decorre de tratados internacionais de que o Brasil é signatário. A Constituição Cidadã é explícita ao repudiar o racismo como prática social, considerando-o como crime imprescritível e inafiançável. O Art. 1º da Carta Magna, que define como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil “III – a dignidade da pessoa humana.”

O Art. 3º, que enumera os objetivos fundamentais da República, contempla “IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Já o Art. 4º, que estabelece os princípios pelos quais se regem as relações internacionais do país, VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo (...).

O Art. 5º da Constituição Cidadã, por sua vez, define que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (...). O mesmo Artº 5º, em seu Inciso XLII, prevê que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, com base no Recurso Especial 157805/DF, prevê que “Incitar, consoante a melhor doutrina é instigar, provocar ou estimular e o elemento subjetivo consubstancia-se em ter o agente vontade consciente dirigida a estimular a discriminação ou preconceito racial. Para a configuração do delito, sob esse prisma basta que o agente saiba que pode vir a causá-lo ou assumir o risco de produzi-lo (dolo direto ou eventual).”

Por sua vez, o Código Penal, define o crime de injúria no Art. 140, estabelecendo que se trata de injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro. O § 3º da mesma lei, estabelece que “se a injúria

consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência, a pena é de reclusão de um a três anos e multa.

Diante de tudo que foi exposto, o que indica que o Deputado Jair Bolsonaro tem total desrespeito, por minorias étnicas, LGBTs, por nossas instituições e ainda parece acreditar estar acima das leis, da Constituição Federal e do povo, solicitamos providências urgentes e a cassação de seu mandato como Deputado Federal, pois entendemos que alguém que desrespeita as leis e faz apologia ao crime de racismo não pode ser um representante legal do povo brasileiro.

Solicitamos a todos que foram ofendidos pelo Deputado que mandem protestos a Comissão de Direitos Humanos da Câmara pedindo apuração e punição com urgência através do e-mail: [cdh@camara.gov.br](mailto:cdh@camara.gov.br)



Angeli, **Guerra Contra os Gays**, Folha de São Paulo. São Paulo, segunda-feira, 4 de abril de 2011

## **Relativismo, em termos (CONTARDO CALLIGARIS)**

**NO VERÃO** de 1966, em Roma, um dos meus amigos era chamado de Normale, pela turma inteira - apelido irônico, pois ele era totalmente dedicado à tarefa de ser "anormal".

Normale era filho de um pastor do centro-oeste dos EUA e fumava imensos baseados enrolados num papel bíblia que ele recortava e humidificava, para que queimasse devagar. Segundo ele afirmava, o papel provinha das Bíblias que seu pai lhe mandava regularmente, na esperança que ele se redimisse.

Nestes dias, no Afeganistão, homens-bomba mataram e feriram copiosamente para punir (?) um pastor que, na Flórida, diante de sua pequena congregação, processou, condenou e queimou o Corão (entenda: um exemplar do livro). Pensei que estava na hora de mandar Normale para lá -tanto para a Flórida quanto para o Afeganistão. Na época, eu achava que a rebeldia generalizada de Normale era babaca. Hoje, comparada com a babaquice do pastor da Flórida e dos homens-bomba do Afeganistão, ela me parece ser uma nobre arma contra o obscurantismo.

Lançado de paraquedas nos ditos lugares, se ele não for massacrado, Normale poderia impor pelo escândalo alguns valores básicos de nossa modernidade, a começar pela primazia do espírito sobre a letra - fumar livros é desrespeitoso, mas o livro vale pelas ideias e não pelo papel.

Agora, atenção: no conflito entre Normale e o obscurantismo, para estar do lado de Normale, não preciso acreditar que a rebeldia seja um valor "natural" ou "mais evoluído" do que a obediência às tradições. **BASTA-ME O FATO DE QUE A REBELDIA É O VALOR DE MINHA TURMA.** Mais um exemplo. Na Ilustrada de 30 de março, Luc Ferry, filósofo francês, apresentou seu livro "La Révolution de l'Amour" (Plon) lembrando que, no Ocidente, a passagem "do casamento arranjado por famílias ao casamento de amor" produziu uma revolução que vai além da vida amorosa. Valorizar os sentimentos acima da autoridade e das tradições familiares é um traço decisivo de nossa maneira de ser.

Até aqui, tudo bem. Gosto da modernidade ocidental tanto quanto Ferry e, como ele, considero que nossos valores devem ser promovidos e defendidos -não seria difícil me convencer a mandar a infantaria quando, em algum lugar do mundo, um Romeu, proibido de cortejar sua Julieta, pedir nossa ajuda.

Mas Ferry justifica nossa preferência cultural comum. Segundo ele, o fato de privilegiar os sentimentos nos levou a privilegiar a existência humana -a nossa e a de todos; com isso, aos poucos,

desistimos de grandes ideias que pedem tributos de sangue e ficamos com a tranquila vontade de viver bem e em paz. Ou seja, nós somos os mais "humanos" de todos.

À diferença de Ferry, eu não preciso achar que nossos valores sejam os mais "humanos". Prefiro defendê-los simplesmente por eles serem os que parecem justos em meu foro íntimo. Ou seja, não quero estabelecer a "superioridade" de meus valores por algum critério que lhes seja externo. Sou relativista?

Sim, se isso quer dizer que, para mim, nossa cultura não é o suprassumo da essência humana. Mas não sou relativista se isso implica desistir de defender os valores de nossa cultura.

Em suma, o relativismo não significa que todos os valores se equivalem, mas que, para defender a cultura da gente, não é necessário nem é bom considerar que nossos valores sejam "naturais" ou "essenciais" e, portanto, estejam acima da diversidade dos tempos e dos costumes.

Por que não é bom? Simples: quando consideramos nossos valores como "naturais", paramos de enxergar que, como qualquer cultura, a nossa também é, antes de mais nada, um dispositivo de controle das mentes e dos corpos - ou seja, perdemos a capacidade de criticar nossa cultura.

Por exemplo, se acreditarmos que a modernidade ocidental é o fim triunfal da história, diremos que a primazia dos sentimentos nos libertou, enfim e de vez. Tudo de bom, não é?

Só que não é assim: saímos da ditadura das obrigações tradicionais para entrar na ditadura dos sentimentos, da autenticidade procurada, da confissão escancarada. Como Ferry, eu prefiro assim, de longe, e não me mudaria para nenhum outro tempo ou lugar. Mas, cá entre nós, este não é o fim nem o ápice da História.

Escrevi essas reflexões enquanto lia "Foucault, seu Pensamento, sua Pessoa", de Paul Veyne, (Civilização Brasileira), que é um livro justo e tocante.

[ccligari@uol.com.br](mailto:ccligari@uol.com.br) - Folha de São Paulo, abril de 2011.

## Plano Nacional da Educação é encaminhado ao Congresso



Mais objetivo do que seu antecessor, PNE para os próximos dez anos defende valorização do magistério e 7% do PIB para o setor. Foto: Celso Junior/AE

O projeto de lei do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2011-2020 foi encaminhado ao Congresso Nacional na manhã desta quarta-feira 15. A solenidade ocorreu no Palácio do Planalto com participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do ministro da Educação, Fernando Haddad, além de representantes da Conferência Nacional de Educação (Conae), responsáveis pela elaboração da nova proposta.

Criado em 1996 para estabelecer os principais objetivos da educação nacional por dez anos, a primeira versão do PNE, que vigorou entre 2001 e 2010, foi marcada pelo excesso de metas. Das 295, menos de 30% foi cumprida até o final deste ano. "O importante é fixar menos metas e fiscalizá-las. Quando se vigia a ação, fica mais fácil adequar os meios às finalidades propostas", defendeu o pedagogo Dermeval Saviani em entrevista à Carta na Escola ([leia a matéria de Fernando Vives](#)). Nesse aspecto, o novo PNE parece ser promissor: são 20 metas e dez diretrizes objetivas que contemplam valorização dos professores, acesso aos ciclos de ensino do infantil ao superior, alfabetização, entre outros.

Outro ponto que diferencia os dois planos trata de financiamento. Quando foi aprovado, o primeiro PNE previa que 7% do PIB brasileiro deveria ir para a educação, mas o então presidente Fernando Henrique Cardoso vetou a proposta. Com a aprovação da Emenda Constitucional 59, no final de 2008, o Presidente da República fica obrigado a destinar um porcentual do PIB à área. O texto enviado ao congresso por Haddad e Lula estipula os mesmos 7%. Uma vez enviado ao Congresso, o projeto de lei será discutido no próxima administração. A previsão é de aprovação no primeiro semestre de 2011.

### Metas e desafios

Cerca de 20% das metas afetam a valorização e formação do corpo docente. Primeiro, o PNE estipula que todos os professores do ensino básico deverão ter ensino superior, sendo metade com formação continuada com pós-graduação. Além do mais, os sistemas de ensino terão de elaborar, num prazo de dois anos, planos de carreira para o magistério.

Prof. Lucas Rocha

### **As metas do PNE são as seguintes:**

- 1.**Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de educação infantil de forma a atender a 50% da população de até 3 anos.
- 2.**Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos.
- 3.**Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa-etária.
- 4.**Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular.
- 5.**Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os oito anos de idade.
- 6.**Oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica.
- 7.**Atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB até 2021 : Anos iniciais do ensino fundamental: 6,0. Anos finais do ensino fundamental: 5,5. Ensino médio: 5,2
- 8.**Elevar a escolaridade média da população de 18 a 24 anos de modo a alcançar mínimo de 12 anos de estudo para a população do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.
- 9.**Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e erradicar, até 2020, o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.
- 10.**Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.
- 11.**Duplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta,
- 12.**Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.
- 13.**Elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da atuação de mestres e doutores nas instituições de educação superior para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% doutores.
- 14.**Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu por meio das agências oficiais de fomento.
- 15.**Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
- 16.**Formar 50% dos professores da educação básica em nível de pós-graduação lato e stricto sensu, garantir a todos formação continuada em sua área de atuação.
- 17.**Valorizar o magistério público da educação básica a fim de aproximar o rendimento médio do profissional do magistério com mais de onze anos de escolaridade do rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.
- 18.**Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais do magistério em todos os sistemas de ensino.
- 19.**Garantir, mediante lei específica aprovada no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a nomeação comissionada de diretores de escola vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar.
- 20.**Ampliar progressivamente o investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do produto interno bruto do país.

**Revista Carta na Escola, março de 2011.**

## **Democracia e religião (VLADIMIR SAFATLE)**

**AS REAÇÕES DE SETORES** da opinião pública às revoltas no mundo árabe expõem um belo sistema projetivo. Pois podemos dizer que, muitas vezes, eles acabam por projetar, como se fosse exclusividade do Oriente Médio, problemas que são também nossos. Um exemplo paradigmático aqui é a relação entre política e religião.

Gostamos de acreditar que nossas sociedades ocidentais são sistemas políticos laicos, no interior dos quais a força das crenças religiosas deu lugar à possibilidade de uma confrontação eminentemente política, no mais das vezes técnica e racional. Para nós, isso representaria um ganho dos processos de modernização que ainda não teria sido alcançado pelo mundo árabe. Dessa forma, conservamos o velho esquema da supremacia cultural do Ocidente e de seu pretense progresso histórico.

No entanto, essa versão é dificilmente sustentável. Primeiro, porque nossas sociedades não conseguiram resolver o problema de sua laicidade. Basta lembrar como a última eleição presidencial no Brasil virou um conflito a respeito de temas ligados à maneira com que dogmas religiosos relativos à família e à procriação interferem na gestão da vida social. Quem esqueceu a maneira com que candidatos à Presidência beijaram imagens de santos? Mas como ignorar que a maioria da população brasileira é católica e tem o direito de expressar suas convicções, fazer-se ouvir no momento de decidir sobre a configuração das leis do Estado? Bem, basta tirarmos a palavra "católica" e colocarmos a palavra "muçulmana" para repetirmos o mesmo tipo de discurso veiculado por organizações como a Irmandade Muçulmana.

Mas deixemos de lado o Brasil. Lembraria que uma das perguntas tradicionais nos debates televisivos da eleição presidencial norte-americana é exatamente "qual trecho da Bíblia o senhor prefere?". Lembraria também que a Alemanha é governada por um partido que se diz democrata-cristão. Certamente os não cristãos não conseguem entender por que devam ser governados por um partido que diz defender os valores cristãos.

Poderíamos tentar contemporizar esse fato dizendo que o cristianismo é totalmente compatível com a democracia. Mas talvez seria mais correto afirmar que a democracia é, simplesmente, indiferente ao cristianismo (ou ao budismo, ao islamismo, ao judaísmo etc.). O cristianismo, por sua vez, pode ser extremamente excludente, persecutório e intolerante contra aqueles que não comungam seus dogmas.

Devemos lembrar esses pontos para afirmar que a relação entre política e religião está longe de ser uma questão resolvida, tanto no Ocidente quanto no Oriente. O Oriente Médio precisará inventar um meio de equalizar esse problema, da mesma forma que nós também precisamos. Nossas conquistas nesse campo são mais frágeis do que imaginamos.

No entanto, nossa desconfiança em relação ao que se passa atualmente no Oriente Médio talvez venha, em larga medida, do medo que temos do caráter violento do fundamentalismo islâmico. Melhor seria lembrar como tal fundamentalismo é um fenômeno recente. Ele tem, no máximo, 30 anos. Países hoje com grandes contingentes de fundamentalistas, como o Afeganistão, eram, até a década de 1970, animados por lutas políticas laicas. Nesse sentido, não esqueçamos que tal recrudescência do sentimento religioso no Oriente Médio é o resultado direto de um longo bloqueio, patrocinado pelo Ocidente, de modificações políticas nos países árabes. Desde os anos 1950, o Ocidente vem sistematicamente minando todos os movimentos políticos árabes de autodeterminação e independência. O caso da conspiração contra o líder nacionalista iraniano Mossadegh é aqui paradigmático.

Por outro lado, os regimes mais corruptos e totalitários da região foram apoiados de maneira irrestrita pelo Ocidente (Paquistão, Arábia Saudita, Jordânia, Tunísia, Egito). Ou seja, a experiência cotidiana de um árabe em relação aos valores modernizadores e democráticos ocidentais é que eles servem apenas para justificar o contrário do que pregam. Os árabes fizeram a prova do caráter formalista e "flexível" dos valores ocidentais.

Nesse ambiente de cinismo e bloqueio do campo político, o retorno à tradição religiosa com suas promessas de revitalização moral é sempre uma tendência. Foi isso que aconteceu. Ou seja, não se trata aqui de traço arcaizante nenhum típico de civilizações refratárias ao nosso "choque civilizatório". Trata-se de um sintoma recente de bloqueio do potencial transformador do campo político. Por isso, podemos esperar que essa nova vaga de revolta política no Oriente Médio permita a reconstrução do campo político e o esvaziamento de tendências fundamentalistas.

[vladimirsafatle@revistacult.com.br](mailto:vladimirsafatle@revistacult.com.br) - Revista CULT, março de 2011.

## **O parque temático do bem (LUIZ FELIPE PONDÉ)**

**POR QUE** existem guerras? Porque gostamos de matar. Resposta pouco simpática, mas definitiva.

Penso como o crítico literário norte-americano Edmund Wilson (século 20): as guerras não são causadas primariamente por razões políticas ou econômicas, estas são apenas o que na filosofia chamamos de "causas ocasionais" (isto é, a oportunidade que aparece para realizarmos as verdadeiras causas primárias

**Prof. Lucas Rocha**

de nossas atitudes).

A verdadeira causa primária é biológica: gostamos de matar e pronto.

O governo britânico lançou na mídia imagens de seus aviões bombardeando tanques das forças pró-Gaddafi na Líbia. Imagens como essas dão crédito para o marketing moral e político do Reino Unido: "Olhem como não matamos civis, somos legais". Perguntado certa feita sobre a morte de civis em combate, o primeiro-ministro de Israel Bibi Netanyahu teria dito "Alguém perguntou aos britânicos quantos civis alemães mataram em seus bombardeios?".

Todo mundo sabe como guerra é, mas hoje em dia querem dizer que guerra pode ser combatida puxando o cabelo do inimigo. O mundo virou um "parque temático do bem". O marketing é a ciência definitiva do início deste século. Se quisermos entender a política e a moral, devemos voltar nossos olhos para o marketing e não mais para a sociologia ou para a ciência política. Estas são ciências caducas para as sociedades contemporâneas.

Desde o século 18 a filosofia política, em grande parte, virou conversa de "teenager". Coisas como "o homem é bom e a sociedade o perverte" é conversa para boi dormir. Sabe-se desde as cavernas que a vida moral comporta um tanto de hipocrisia, sem a qual seríamos obscenamente amorais. Mas o problema é que, desde Rousseau, a hipocrisia contaminou o mundo da filosofia política. Por quê? Porque ele criou a política para o mundo como parque temático do bem.

É ridículo ver como a classe intelectual, artística, e muitos profissionais da mídia se acham uma reserva moral da sociedade. Hábito nefasto porque corrói o pensamento público desde a raiz. Faz de cada um de nós um marqueteiro de nosso próprio pensamento.

Intelectuais, artistas e jornalistas aderiram a todas as diferentes formas de totalitarismos desde o século 18. Mas não todos, graças a Deus e a coragem de alguns de resistir às glórias de fazer parte da torcida e do rebanho. Mas a mentira social não é privilégio da elite intelectual de um país. Se René Descartes, filósofo francês do século 17, disse que a razão foi dada a todos os homens em "quantidades iguais", deveríamos acrescentar, mais ao modo de outro filósofo francês do século 17, Blaise Pascal, que o pecado, sim, foi dado a todos em "quantidades iguais".

Aliás, suspeito que a razão não foi dada em "quantidades iguais" a todos os homens, mas, sim, o pecado. Nada disso significa que devemos bater palmas para as guerras. Significa que devemos resistir à praga do modo "teenager" de pensar e dizer a verdade: gostamos de matar.

O argumento de Rousseau segundo o qual temos um "sentido empático" para o sofrimento alheio (isto é, sentimos junto com o outro seu sofrimento e daí agimos em defesa dele) é uma piada de mau gosto. Só reagimos à violência quando ela põe a nós mesmos (ou nossos interesses) em risco.

Sabe-se muito bem que filhos e cônjuges de pessoas que ajudaram vítimas do nazismo (ou qualquer outro sistema de violência) detestavam a atitude moral do "idiota da família" que colocava o cotidiano da família em risco para ajudar estranhos. Sempre que situações como essas se repetirem, a maioria esmagadora das pessoas fará o mesmo. E odiará quem não fizer.

Muita gente sai gritando quando isto é dito, movida apenas, em segredo, pela sagrada mentira social que sustenta a imagem pública de nós mesmos.

Genocídio é um horror, mas é a constante da humanidade e não a exceção. Preste atenção: quantos períodos históricos existiram sem algum genocídio? Nenhum ou talvez alguns minutos.

Cada um de nós está sentado sobre ossos. Ganhamos tecnologia, dinheiro, ciência e espaço com guerras. O gosto de sangue é o motor da história.

[ponde.folha@uol.com.br](mailto:ponde.folha@uol.com.br) - Folha de São Paulo, abril de 2011.

## **Fala tudo, Bolsonaro! (FERNANDO DE BARROS E SILVA)**

**SÃO PAULO** - O deputado Jair Bolsonaro é um tipo fascistão. Truculento, homofóbico, lida mal com as diferenças e os valores democráticos. Os gays, em particular, parecem deixá-lo "maluca" de raiva.

Sabe-se que indivíduos muito hostis ou agressivos, que se sentem ameaçados pela existência de homossexuais, costumam ser enrustidos. O ódio projetado no outro é apenas um sintoma, uma defesa contra si mesmo. Mas quem seria eu para suspeitar que existe uma "Jairzona" enjaulada na alma do capitão? O ser humano é complexo.

A polêmica envolvendo esse personagem de almanaque tomou, no entanto, outro rumo. Discute-se se ele, com suas palavras, praticou o crime de racismo e os limites da liberdade de expressão no país.

Preta Gil lhe perguntou: qual seria sua reação se um de seus filhos namorasse uma negra? E ele: "Preta, não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Meus filhos foram muito bem educados. Não viveram em ambiente como lamentavelmente é o seu". Digo logo: um país em que Bolsonaro não fosse eleito deputado tenderia a ser um lugar melhor. Mas pretender cassá-lo ou condená-lo por racismo em

função dessa fala me parece um grande equívoco. Não só porque seria a melhor maneira de transformá-lo em vítima.

Mas, sobretudo, porque o que ele fez foi apenas manifestar a sua opinião. Grosseira, retrógrada, mas que representa uma parcela da sociedade. A liberdade de expressão nos garante a possibilidade de falar o que quisermos (nos limites da lei), mas também nos obriga a ouvir o que nos desagrade.

Bolsonaro incitou o racismo? E se ele fosse um negro e dissesse que não gostaria de ver sua filha casada com um branco? Seria racista?

Devemos ser bastante restritivos em relação a atos racistas. Mas seria bom que fôssemos também mais elásticos e liberais em relação às palavras. Temos deficit de cultura democrática. Deixem Bolsonaro falar. Ele é o seu maior inimigo.

**Folha de São Paulo, abril de 2011.**

## **Reflexão sobre a legalização do aborto (JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL)**

**MUITO SE FALA** sobre legalização do aborto, sendo diversos os argumentos favoráveis: o número de mulheres vitimadas, a ineficácia da proibição, o direito da mulher sobre o próprio corpo, o viés íntimo de decidir ser mãe, a origem religiosa dessa vedação.

Na esfera jurídica, respeitáveis estudiosos sustentam ser direito fundamental da mulher abortar.

No Brasil, a lei permite o aborto quando a gravidez decorre de estupro e quando a mãe corre risco de vida. Tramita no STF a ADPF (ação de descumprimento de preceito fundamental) nº 54, visando regularizar o aborto também em casos de anencefalia, para que gestantes e profissionais de saúde tenham um pouco de segurança quando deparados com tão difícil situação.

Permitir à mulher a escolha, nas três circunstâncias acima, é justo e tem um condão humanitário.

Nenhuma mulher pode ser condenada à morte em prol da gravidez. Nenhuma mulher pode ser condenada à tortura de, no caso de estupro, conviver com o fruto da violência a que foi submetida e, na hipótese de anencefalia, passar nove meses programando a cerimônia fúnebre do próprio filho.

O Estado não tem esse direito. Espera-se que o STF tenha sensibilidade para perceber que, em casos de anencefalia, o aborto é mais sentimental que no de estupro, pois neste a mulher ainda pode escolher ter e viver com seu filho.

Mas os defensores da legalização não se contentam com essas possibilidades: entendem ser um direito fundamental chegar a um hospital público e ter o aborto praticado. Desejam, portanto, mais que a descriminalização, que implica não submeter a mulher que aborta às agruras de um processo-crime. Com todo respeito, não há direito fundamental a ceifar uma vida. E o reconhecimento de que existe vida intrauterina não tem esteio apenas em crenças religiosas, trata-se de constatação científica.

Antes de pensar em legalizar o aborto, cumpre rever a lei nº 9.263/ 96, que regula o planejamento familiar e limita consideravelmente a esterilização.

Hoje, se um médico, a pedido da paciente, a esteriliza durante uma cesariana, estará sujeito a pena de dois a oito anos de reclusão, com aumento. A punição para quem realiza aborto com consentimento da gestante é metade disso.

Também é crime esterilizar pessoa casada sem que haja anuência do seu cônjuge.

Se tiver sucesso o pleito de legalização, estaremos diante de paradoxo: a mulher não tem direito a ser esterilizada, mas pode fazer quantos abortos julgue necessários. O Brasil elegeu uma mulher presidente da República. Que esta mulher tenha a firmeza que lhe parece característica para implementar medidas menos invasivas e mais efetivas que a alardeada legalização do aborto.

Dentre tais medidas, toma-se a liberdade de sugerir, além da revisão da lei de planejamento familiar:

1) Instituir o parto anônimo, possibilitando à gestante fazer o pré-natal e o parto sem se identificar, deixando a criança para adoção;

2) Intensificar as campanhas de prevenção à gravidez e à contaminação por doenças sexualmente transmissíveis, utilizando, inclusive, a televisão, que é concessão pública. Pesquisa do Cebrid (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas) mostra que muitas mulheres acreditam que sexo anal previne gravidez e Aids;

3) Popularizar todos os métodos contraceptivos, sobretudo a distribuição e educação para o uso de preservativos. O Brasil é mais carente dessas medidas, polêmicas, porém menos que a legalização do aborto. Estamos nos distraíndo discutindo o mais e deixando de fazer o menos.

---

**JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL**, advogada, é professora associada de direito penal na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - **Folha de São Paulo, abril de 2011.**